



Revista Comunicação Midiática
ISSN: 2236-8000
v. 12, n. 2, p. 161-176, maio/ago. 2017

**Memória e história:
entrevista como procedimento de pesquisa em Comunicação**

**Memoria e historia:
entrevista como procedimiento de investigación en Comunicación**

**Memory and history:
interview as a research procedure in Communication**

Flávia Almeida Moura

Jornalista pela UNITAU-SP, mestre em Ciências Sociais pela UFMA e doutora em Comunicação pela PUCRS. Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social da UFMA e coordenadora do projeto de pesquisa Comunicação, Direitos Humanos e Trabalho. flaviaalmeidamoura29@gmail.com

Larissa Leda Fonseca Rocha

Doutora em Comunicação Social pela PUC-RS, mestre em Comunicação Social pela UFF-RJ, Especialista em Docência do Ensino Superior pela PUC Minas e jornalista pela UFMA. Professora Adjunta do Departamento de Comunicação Social da UFMA. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Observatório de Experiências Expandidas em Comunicação - ObEEC (UFMA) e membro do Núcleo de Pesquisa Comunicação Midiática e Institucional (UFMA). larissaleda@gmail.com

RESUMO

A proposta deste artigo é discutir alguns pontos sobre a entrevista como técnica e também como método de pesquisa. Escolhemos tratar aqui da entrevista individual em profundidade, uma vez que nos interessa discutir questões ligadas à pesquisa qualitativa. Para tratar da Entrevista, percorremos aqui um caminho próprio do campo da Comunicação influenciado pelas Ciências Sociais e pela História, especificamente a história oral, bem como suas relações com a memória, como método de entrevista e recurso primordial para o levantamento de dados. Trabalhamos aqui algumas tipologias de entrevista e tentamos adequá-las aos interesses da pesquisa qualitativa em Comunicação.

Palavras-chave: Comunicação; Entrevista em profundidade; História oral; Memória.

RESUMEN

La propuesta de este artículo es discutir algunos puntos sobre la entrevista como técnica y también como método de investigación. Hemos elegido tratar aquí la entrevista individual en profundidad una vez que nos interesa discutir cuestiones relacionadas con la investigación cualitativa. Para tratar la Entrevista, recorrimos aquí un camino propio del campo de la Comunicación influenciado por las Ciencias Sociales y la Historia, específicamente la historia oral, así como sus relaciones con la memoria, como método de entrevista y recurso primordial para el levantamiento de datos. Trabajamos aquí algunas tipologías de entrevista e intentamos adecuarlas a los intereses de la investigación cualitativa en Comunicación.

Palabras clave: Comunicación; Entrevista en profundidad; Historia oral; Memoria.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss some points on the subject interview as technique and research method. We chose to focus on the individual in-depth interview due to the interest in discussing issues related to qualitative research. In order to develop this paper we have worked based on the communication field influenced by the social sciences and history, specifically oral history as well as its relation with memory, as a method of interview and primary resource for data collection. We work here on some interview types and try to adapt them to the interests of qualitative research in communication.

Keywords: Communication; In-depth interview; Oral history; Memory.

Introdução

A proposta deste artigo é discutir alguns pontos importantes sobre a Entrevista como técnica e, em alguns casos, como método de pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas à Comunicação. Escolhemos tratar aqui da entrevista individual em profundidade, técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada (DUARTE, 2009, p. 62). Nossa escolha é justificada pelo nosso interesse em discutir questões ligadas à pesquisa qualitativa.

O desafio desta escrita está relacionado tanto com a área específica – com muitos desdobramentos – quanto com o entendimento, de que o texto metodológico, mesmo que não intencionalmente, tende a padronizar procedimentos anteriormente reconhecidos com o rigor da academia e acabam, por sua vez, não dando conta da riqueza e sutileza dos processos da pesquisa empírica, no qual a entrevista é parte fundamental, como nos diz Bourdieu (1997) em “Compreender”, um dos textos mais citados na atualidade sobre entrevista em Ciências Sociais.

Para tratar da Entrevista, percorremos aqui um caminho próprio do campo da Comunicação influenciado pelas Ciências Sociais e pela História. Partimos dos processos de construção da entrevista como técnica de pesquisa na Sociologia e seguimos para suas aplicações nos estudos de Comunicação na Europa e nos Estados Unidos com seus desdobramentos na América Latina. Também nos apropriamos da experiência do campo da História para entender a utilização desse procedimento de pesquisa, especificamente a história oral como método de entrevista e recurso primordial para o levantamento de dados.

A história oral pode ser entendida como um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc. (Alberti, 1990).

No contexto dos estudos de entrevista e história oral, há o entendimento de que a escrita e as narrativas orais não são fontes excludentes entre si, mas complementam-se mutuamente. As fontes orais não são meros sustentáculos das formas escritas tradicionais, pois são diferentes em sua constituição interna e utilidade inerente.

Segundo Ribeiro (2015), existem várias metodologias de história oral. Uma das mais interessantes para os estudos de comunicação — particularmente para os de jornalismo — é justamente a baseada em histórias de vida. Essa forma de trabalhar com depoimentos orais é bastante consolidada no Brasil e já há muitos anos é utilizada pelo CPDOC/FGV (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas)¹, pelo Museu da Pessoa, pelo Memória Globo e por outras instituições.

A história de vida procura dar conta da trajetória do entrevistado desde a infância e adolescência até o momento presente. Essa trajetória, no entanto, é constantemente considerada a partir das conjunturas políticas, socioeconômicas e culturais nas quais está inserida.

Embora existam muitas concepções diferentes entre os autores sobre o papel da entrevista no processo da pesquisa, há um consenso de que a técnica apresenta vantagens na sistematização dos dados do campo, principalmente no que tange à pesquisa qualitativa, procedimento de interesse em nossa análise.

Portanto, para tratarmos da entrevista na pesquisa qualitativa partimos principalmente de autores do campo da Sociologia, como Bourdieu (1997), Poupart (2010), Oliver de Sardan (2008) e da História, como Paul Thompson (2002) e percorremos os correlatos que trazem essa discussão para o campo da Comunicação, como Flick (2009) e Duarte (2009). O caminho metodológico escolhido para a construção desse artigo parte da identificação dos principais conceitos, bem como das ferramentas dos autores descritos acima sobre a elaboração e a aplicação da entrevista, entendida aqui como um dos principais métodos e técnicas da pesquisa qualitativa.

Entrevista como relação social

O texto de Pierre Bourdieu (1997), “Compreender”, contido na obra *A miséria do mundo*, é um dos pontos de partida para a discussão da Entrevista como processo metodológico da pesquisa no campo da Sociologia. O autor trata a Entrevista como *relação social*, que exerce efeitos sobre os resultados obtidos e está sujeita a todos os tipos de distorções, que devem ser reconhecidas e dominadas pelo pesquisador.

Só a *reflexividade*, que é sinônimo de método, mas uma *reflexividade reflexa*, baseada num “trabalho”, num olho sociológico, permite perceber e controlar *no campo*, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza (Bourdieu, 1997, p. 694).

Para a melhor condução deste procedimento, Bourdieu (1997) enfatiza o dever do pesquisador de iniciar o jogo bem como estabelecer suas regras no ato da entrevista, levando em consideração que a relação é sempre um pouco arbitrária. A orientação é deixar claros os objetivos da entrevista bem como a posição do pesquisador. Para isso, ele indica um caminho de *escuta ativa e metódica*, “tão afastada da pura não-intervenção da entrevista não dirigida, quanto do dirigismo do questionário” (Bourdieu, 1997, p. 695). Esse meio do caminho proposto pelo autor parece interessante para pensarmos na entrevista como procedimento de pesquisa qualitativa em Comunicação uma vez que, ao mesmo tempo em que trava um diálogo com o informante, não restringe a sua fala apenas a respostas de questões perguntadas, como no caso do questionário. Vale lembrar que o questionário é um instrumental utilizado principalmente na pesquisa quantitativa, mas também pode ser combinado com outras técnicas de coleta de dados para a pesquisa qualitativa, como, por exemplo, integrado à observação participante ou mesmo com a etnografia.

No processo da entrevista, devemos entender que a relação sempre será carregada de sentidos e intencionalidades tanto para o pesquisador quanto para o pesquisado. Sobre esse aspecto, Bourdieu (1997) nos alerta sobre alguns cuidados para uma comunicação “não-violenta” ao afirmar que todos os procedimentos e subterfúgios que podemos imaginar para reduzir a distância entre entrevistador e entrevistado tem seus limites.

Jean Poupart (2010) trata da questão da *representação social* no ato da entrevista entendendo esse procedimento de pesquisa como sendo um dos melhores meios para apreender os sentidos que os atores dão às suas condutas bem como à maneira que eles representam o mundo, sendo os entrevistados vistos como aqueles em melhor posição para falar sobre determinado assunto. Por outro lado, o autor afirma que o cuidado deve ser maior no

tratamento das informações coletadas pela entrevista. Sobre isso, ele recomenda que o pesquisador deve sempre se perguntar se os pontos de vista dos entrevistados são unicamente coisas a descrever e explicar, sem fazer a relação do discurso com as práticas sociais, isto é, sem relação de causalidade direta com as próprias condutas dos entrevistados.

Sobre esse aspecto, Olivier de Sardan (2008) discute a importância da escolha do entrevistado de acordo com as *competências* de quem fala, como sendo alguém que fala pelo grupo social investigado, como uma espécie de voz autorizada coletiva, e não individual ou aleatória.

A noção de “consultor” refere-se aqui a um registro específico do discurso das situações de entrevista, e não a um tipo particular de interlocutor. Da mesma forma, a noção de “competência” refere-se aqui à simples capacidade deste interlocutor de ter qualquer coisa a dizer sobre uma referência externa à sua própria experiência direta, e não implica nenhum julgamento de valor sobre seu nível de conhecimento. (Sardan, 2008, p. 55, *tradução nossa*)²

A relação do que se fala (discurso) com as condutas dos indivíduos (práticas sociais) é tema de debates travados tradicionalmente nas pesquisas em Ciências Sociais. Autores clássicos ligados à Escola de Chicago, como Palmer, defendem que a possibilidade de interrogar os atores e utilizá-los enquanto recurso para a compreensão das realidades sociais constitui uma das grandes vantagens das Ciências Sociais sobre as ciências da natureza, as quais se interessam por objetos desprovidos das palavras. Por outro lado, Bourdieu, Chamboredon e Passeron afirmam que a maldição das ciências do homem é ter relação com objeto que fala: risco de confundir as interpretações que os atores dão da realidade com a realidade. Já Park, Becker e Geer afirmam que se misturar às atividades cotidianas dos atores, com a ajuda da observação participante, constitui o melhor meio de perceber suas práticas e interações, como também interrogá-los durante a ação (Poupart, 2010).

Em *A miséria do mundo*, Bourdieu (1997) afirma que dar voz ao informante pode ser uma maneira de compensar a ausência ou sua falta de poder na sociedade, ou ainda de delimitar a condição social do outro. Para o autor, as entrevistas permitem compreender a “miséria do mundo”, não apenas a miséria dos que se batem contra a pobreza, mas também a miséria daqueles que, ocupando um lugar invejável no plano social, nem por isso estão em uma situação desvalorizada em relação ao seu próprio grupo. Sobre esse aspecto, Poupart relativiza:

Se, em princípio ao menos, a maioria das pesquisas baseadas nas entrevistas de tipo qualitativo se atribui o objetivo de dar satisfatoriamente conta da experiência e do ponto de vista dos entrevistados, e, assim, demonstrar, nesse sentido, a maior empatia possível, algumas não se propõem como missão de defender a causa das pessoas interessadas, nem mesmo descrever, se for esse o caso, os aspectos difíceis de sua vida (Poupart, 2010, p. 221).

De qualquer forma, a ideia central de Bourdieu é de que “Entrevistar não é se colocar no lugar do outro, mas dar compreensão à sua fala” (1997, p. 700). Para perceber essa sutil

diferença é fundamental entender que embora o pesquisador se esforce ao entrar no universo simbólico e/ou imaginário do entrevistado, nunca poderá se apropriar dos sentidos de quem fala, embora possa (e seja seu dever) compreender e/ou interpretar o seu discurso a partir de uma série de procedimentos inerentes à pesquisa: “[...] é preciso ser dito que *compreender e explicar são a mesma coisa*” (Bourdieu, 1997, p. 700).

Poupart (2010) faz uma crítica acerca de alguns princípios básicos que comumente são tratados em textos metodológicos para uma entrevista bem-sucedida, como por exemplo: (1) obter a colaboração do entrevistado; (2) colocar o entrevistado à vontade; (3) ganhar a confiança do entrevistado ou mesmo (4) levar o entrevistado a tomar a iniciativa do relato e a se envolver. Para ele, mesmo numa entrevista não-dirigida, na qual pressupõe-se a menor interferência possível do entrevistador, em contraposição à dirigida, é muito difícil garantir esses princípios no ato da interlocução. O autor prefere trabalhar com diferentes tipos de vieses possíveis numa entrevista, elegendo pelo menos três: (1) os ligados ao dispositivo de investigação; (2) os associados à relação entrevistador-entrevistado e à sua respectiva situação social e (3) os referentes ao contexto da pesquisa.

Sobre o primeiro viés, Poupart (2010) trata das possíveis deformações que poderiam engendrar a maneira de indagar (conteúdo e forma das questões), as técnicas de registro dos dados (anotações, gravador, vídeo) bem como as circunstâncias de tempo e lugar nas quais se efetuou a investigação. Para o autor, todas essas variáveis devem ser levadas em consideração na sistematização das informações coletadas numa entrevista em profundidade.

Já sobre o segundo viés (relação entre entrevistador e entrevistado bem como a situação social), o autor discute a questão da homologia entre entrevistador e entrevistado – no sentido do pesquisador só ser realmente habilitado a entrevistar pessoas pertencentes a grupos sociais com os quais ele tem o máximo de similitudes sociais ou mesmo pertencimento social (classe social, raça, gênero, entre outros) – e relativiza sua necessidade, indicando algumas vantagens em combinar os estatutos ao apresentar simultaneamente as similitudes e diferenças com relação ao grupo pesquisado. Sobre esse aspecto, ele defende que “[...] as intervenções, as atitudes e as características do entrevistador são capazes de marcar as falas do entrevistado” (Poupart, 2010, p. 237). Aqui percebemos mais uma vez a questão da necessidade da condução da entrevista por parte do entrevistador.

Com relação ao terceiro viés apresentado pelo autor (sobre o contexto da pesquisa), ele afirma que a maior preocupação dos pesquisadores, neste aspecto, é saber se o que os entrevistados falam condiz com a realidade. Daí a prática dos que buscam a entrevista como método para a pesquisa qualitativa de tentar se aproximar ao máximo possível de situações naturais e/ou falas espontâneas, como é o caso das conversas comuns tão valorizadas na etnografia. Sobre esse aspecto, Olivier de Sardan (2008) fala que embora a entrevista deva ser encarada como *momento privilegiado e único*, deve ser sempre um *momento de conversa*.

Para Flick (2009), os sujeitos tendem a expressar melhor o seu ponto de vista numa situação de entrevista do que ao responder a um questionário:

É possível distinguir diversos tipos de entrevistas [...] tanto em termos de sua própria lógica, como também em termos de sua contribuição para um maior desenvolvimento da entrevista semiestruturada enquanto método em geral. (Flick, 2009, p. 143).

Entendemos que as formas de entrevistas devem funcionar mais como uma orientação sobre a maneira de moldar e planejar um instrumental de pesquisa do que algo que possa “engessar” o pesquisador, virando uma “camisa de força”. Flick (2009) enfatiza o planejamento da investigação mais aprofundada como um fator indispensável e anterior ao ato da entrevista. Neste caso, o autor sugere que as entrevistas podem ser estendidas a um segundo encontro, quando julgar-se necessário, visando uma validação comunicativa e uma produção da estrutura dos enunciados com a pessoa entrevistada.

Segundo Duarte (2009), a entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. Neste sentido, os dados não são apenas colhidos, mas resultado de interpretação e reconstrução pelo pesquisador, em diálogo inteligente e crítico com a realidade pesquisada.

A entrevista em profundidade não permite testar hipóteses, dar tratamento estatístico às informações, definir a amplitude ou quantidade de um fenômeno. [...] Seu objetivo está relacionado ao fornecimento de elementos para compreensão de uma situação ou estrutura de um problema. Deste modo, como nos estudos qualitativos em geral, o objetivo muitas vezes está mais relacionado à aprendizagem por meio da identificação da riqueza e diversidade, pela integração das informações e síntese das descobertas do que ao estabelecimento de conclusões precisas e definitivas (Duarte, 2009, p. 63).

O autor reconhece a diversidade de tipologias de entrevistas, mas parte da caracterização de três elementos fundamentais para entender este procedimento de pesquisa. São eles: entrevistas abertas, semiabertas e fechadas, originárias respectivamente de questões não estruturadas, semiestruturadas e estruturadas. No caso, as abertas e semiabertas são do tipo em profundidade, caracterizando-se pela flexibilidade e por explorar ao máximo determinado tema. As abertas são realizadas a partir de um tema central (do tipo, discorra sobre o tema), enquanto as semiabertas partem de um roteiro base.

Além destes três elementos fundamentais apresentados, é necessário apontar ainda para a variabilidade metodológica possível na coleta de dados verbais – uma das principais abordagens da pesquisa qualitativa. Flick (2009, p. 194) considera que a coleta destes dados pode dividir-se entre dois objetivos: abertura, relacionado com a geração, do máximo possível, em relação ao objeto que está em estudo e às perspectivas dos sujeitos envolvidos no processo de investigação científica; e estruturação, que trata dos elementos específicos utilizados para criar uma sistematização de coletas de dados. É ao redor de tais objetivos, bem como a partir do objetivo da pesquisa, que se devem fazer as escolhas sobre qual técnica utilizar.

Para Flick (2009)³, as entrevistas podem ser focalizadas; semipadronizadas; centradas no problema; com especialistas ou etnográficas. Já o uso de narrativas como dados verbais pode ser organizado em entrevista narrativa ou episódica. E os procedimentos com grupos incluem discussão em grupo, grupos focais e narrativas conjuntas. As entrevistas, classificadas no primeiro grupo, são claramente categorizadas como técnicas desenvolvidas em entrevistas semiestruturadas, como “versões da entrevista como uma das bases metodológicas da

pesquisa qualitativa” (Flick, 2009, p. 160), cada uma com vantagens e desvantagens que devem ser avaliadas cuidadosamente pelos pesquisadores.

Já o grupo denominado pelo autor como narrativas aproxima-se da ideia de Thompson (2002) de história oral. Pensadas por Flick (2009, p. 164) como uma alternativa às entrevistas semiestruturadas, as narrativas abrem-se à subjetividade e “permitem ao pesquisador abordar o mundo empírico até então estruturado do entrevistado, de um modo abrangente”. Flick insiste no uso de uma “pergunta gerativa de narrativa”, que se refere a um tópico que será investigado e cujo objetivo é estimular a narrativa principal do sujeito que contará a sua história. Quanto mais bem articulada for esta pergunta gerativa mais aumentam as chances de a narrativa ser relevante para a questão da pesquisa. O interesse maior do pesquisador pode ser a história de vida do informante de modo geral, o que exige uma pergunta gerativa mais ampla e menos rigorosa. No entanto, quando visa um elemento específico, um momento definido da vida do informante, a pergunta gerativa deve orientar quem conta a história a concentrar-se neste ponto de interesse do pesquisador.

Interesses em momentos específicos da vida do informante se aproximam das entrevistas narrativas episódicas que partem de “formas episódico-situacionais do conhecimento experimental” (Flick, 2009, p. 172). Nas entrevistas episódicas, o entrevistado é insistentemente solicitado a repetir a apresentação de narrativas de situações ou série de situações. Neste caso é preparado um guia de entrevista que orienta a narrativa para tópicos sob os quais a história deve acontecer e que foram anteriormente definidos pelos pesquisadores. Mesmo apresentando diferenças entre si, a entrevista narrativa e a episódica se aproximam e se diferenciam das semiestruturadas. “Essas entrevistas são mais sensíveis e suscetíveis aos pontos de vista dos entrevistados do que outras entrevistas nas quais tópicos concretos e o modo como devem ser tratados são demasiadamente pré-estruturados pelas perguntas” (Flick, 2009, p. 177).

Tanto a narrativa biográfica abrangente – a entrevista narrativa – quanto a narrativa de detalhes relacionados a situações – a entrevista episódica – possuem, no entanto, limitações que não devem escapar aos pesquisadores e que podem ser resumidas na questão da validade dos dados.

Sobre a validade e confiabilidade da entrevista, Duarte (2009) afirma que essas condições dizem respeito à capacidade de os instrumentos fornecerem os resultados que o pesquisador se propôs obter a partir dos pressupostos, bem como ao rigor metodológico utilizado.

O julgamento da validade de uma investigação científica pode ser obtido pela construção metodológica do trabalho, ao relacionar formulação teórica, questão de pesquisa, perguntas, critérios de seleção dos entrevistados – ou seja, é identificada já o exame do projeto. A triangulação de dados com o acréscimo de fontes diversificadas de evidências, como documentos, observação e literatura e seu encadeamento consistente na etapa de análise, ajuda a garantir a validade dos resultados suportados por entrevistas em profundidade (Duarte, 2009: 68).

Deixar claro também o contexto em que a entrevista foi aplicada ajuda a esclarecer esses fatores imprescindíveis para o sucesso de uma pesquisa.

Contribuições da memória e da história oral para a entrevista como método

Ora, falar de validade e confiabilidade dos dados é falar, no caso das entrevistas narrativas e episódicas, de validade e confiabilidade da memória. Flick (2009, p. 171) adverte: “as lembranças dos eventos mais antigos podem ser influenciadas pela situação na qual são contadas” e acrescenta uma pergunta que deve ser feita pelo pesquisador “É adequado [...] confiar na eficácia dos constrangimentos narrativos e embaraços de uma narrativa?”

Dizem-nos que a memória de cada um de nós é pouco confiável, ideológica e mitológica. Mas, isto, afinal, é a memória. Por outro lado, a história não é, então, aquilo que lembramos, mas algo resguardado por instituições e historiadores profissionais, que, estes sim, sabem gerenciar e guardar lembranças confiáveis. Portelli (2000), então, nos adverte que a memória não deve ser encarada como preservação da informação, mas como sinal de luta e como processo em andamento:

[...] não estamos sendo convidados a substituir uma memória muitas vezes falha e não confiável pela história científica; estamos sendo convidados a substituir a memória de vários bilhões de indivíduos que vivem nesse planeta pela memória profissional de um grupo de historiadores profissionais ou pelas memórias institucionais dos centros de poder. Acredito na história oral precisamente porque ela pesquisa a memória de indivíduos como um desafio a essa memória concentrada em mãos restritas e profissionais. [...] Encaramos a memória como um fato da história; memória não apenas como um lugar onde você "recorda" a história, mas memória "como" história (Portelli, 2000, p. 82-83).

Pollak (1989) lembra que falar de memória é falar de uma relação tríade entre a memória, o esquecimento e o silêncio. Diz que há enquadramentos de memória — para ele, um termo mais específico do que memória coletiva de Halbwachs (1990) — e que a memória pode se transformar num objeto de poder. Faz-se necessário uma brevíssima reflexão do trabalho de Halbwachs, que desenvolve seu pensamento em torno de uma questão fundamental: existe uma parte de nossa memória individual construída pela sociedade e há uma parte da sociedade que funciona como memória. A memória coletiva seria aquela que pertence a um determinado grupo social, enquanto a memória social seria aquela que pertence a toda a sociedade. Já a memória individual também é social, uma vez que a memória de cada indivíduo se conserva através da memória dos outros. Sendo a memória coletiva vivenciada dentro dos grupos sociais, ela pode ser dominante, compartilhada ou ainda uma memória dominada. Halbwachs (1990) nos diz que a memória deve ser entendida como um fenômeno social e coletivo, logo, é submetido a mudanças, transformações e flutuações.

No entendimento de Pollak (1989), na verdade, a memória coletiva, organizada, oficial de uma nação é lugar de disputa de poder e sofre, constantemente, enquadramentos. O presente dá o tom da lembrança do passado e esse “tom”, bem como a própria memória, é permanentemente construído e reconstruído. A memória é construída, é organizada em função de preocupações pessoais e políticas e é disputada permanentemente. Há um jogo, uma trama em negociação, há memórias subterrâneas que buscam o tempo todo um “lugar ao sol”, um lugar para serem, no presente, lembradas pois podem ser silenciadas, mas não,

necessariamente, esquecidas. Ou ainda pode esse mesmo silêncio ser a própria lembrança, ou “a gestão da memória segundo as possibilidades de comunicação” (Pollak, 1989, p. 13). Obviamente, a construção dessa memória não é arbitrária, então, esse enquadramento tem limitações e se alimenta de material fornecido pela história.

Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (Pollak, 1989, p. 9-10).

Ora, o desejo de lembrar tudo se coloca frente ao medo de esquecer. Diante da possibilidade do esquecimento se desenvolve a obsessão do arquivamento. Porque é verdade que lembrança e esquecimento estão em uma relação dialética, dinâmica. Lembrar também é esquecer. A seletividade do que pode ou deve ser lembrando é uma das características da memória apresentadas por Pollak (1992, p. 203): “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. Atualmente nos mostramos atormentados com as atividades de lembrar, nossa cultura está obcecada com a memória e dessa forma, “está também de alguma maneira tomada por um medo, um terror mesmo, do esquecimento” (Huysen, 2000, p. 19).

Para combater esse terror nos dedicamos mais e mais a processos de rememoração, tanto pública quanto privada. Monumentos, museus, álbum de fotos, vídeos de família, entrevistas biográficas. Arquivos. Cada vez mais arquivos. Ao mesmo tempo, temos a consciência que esses arquivos falham. Como bem lembra Colombo (1991), os arquivos são imperfeitos.

Mas, é justamente esta subjetividade da memória e o modo que ela pode ser ferramenta para o conhecimento histórico, bem como os dados verbais podem ser dados fundamentais de pesquisa, que parecem seduzir Thompson. O autor nos diz um sonoro sim à pergunta de Flick. Para Thompson (2002, p. 197), “descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta” é aproveitar uma oportunidade, é desafiar a subjetividade derivada da percepção humana e está aí a riqueza da história oral.

O autor busca na psicanálise apoio para lidar com o passado, a memória e o relato e diz que refletir sobre suas implicações tem proporcionado um estímulo fundamental para se compreender a memória oral como evidência. A lição principal da aproximação, do apoio da psicanálise, está no descortinamento da importância daquilo que não é dito, do que dizem os silêncios, daquilo que é omitido, obliterado pelos jogos da memória, mas talvez por isso mesmo profundamente significativo. Somente com uma nova sensibilidade, de perceber o que pode ter faltado, é que podemos lançar mão, plenamente, da evidência oral como dado histórico e dado científico. Ou seja, a lição é “a necessidade de maior sensibilidade histórica ao poder da emoção, do desejo, rejeição e imitação inconscientes, como parte integrante da estrutura da vida social comum e de sua transmissão de uma geração para outra” (Thompson, 2002, p. 202). E completa afirmando, “em suma, o que podemos esperar ganhar pela influência da psicanálise é um ouvido mais perspicaz para as sutilezas da memória e da comunicação, mais do que a chave de um quarto secreto” (Thompson, 2002, p. 205).

Se Flick preocupa-se com a validade da evidência oral por ser ela permeada pelos processos nem sempre eficazes da rememoração, dos “constrangimentos narrativos” e dos “embarços da narrativa” é justo por isto que Thompson a considera enormemente, já que, para ele, a fantasia e o inconsciente são, no final das contas, reordenação de vidas. A reminiscência é normal e saudável e parte essencial de um processo que acontece a todos nós, para a reavaliação de conflitos passados para restabelecer a autoidentidade. É preciso que se deixe as pessoas construírem, elas próprias, pelas suas memórias, as narrativas de suas próprias vidas. E isto é a força, e não a fraqueza, da história oral.

Apesar de considerar a história oral como uma metodologia rica e suficiente para a realização de uma pesquisa e para a reconstrução da história, sem a necessidade de apoio em dados documentais, Thompson (2002, p. 311) assume que “continua em aberto a oportunidade para se desenvolver um novo método adequado à história oral”. Tal perspectiva afasta-se da ideia de que o documento não é apenas papel, mas a própria realidade. Há uma tradição empírica documental na história e mesmo nas ciências sociais em geral – uma confiança abusiva em seus dados – mas hoje o ressurgimento da história oral mostra que dados verbais podem ser suficientes para dar conta de objetos e problemáticas científicas não “apesar” de sua subjetividade, mas por conta dela, a subjetividade própria do ser humano, dos seus modos de viver, estar juntos e compartilhar lembranças, histórias e narrativas.

Em seu livro *A voz do passado*, Thompson dedica quatro dos nove capítulos às escolhas metodológicas para a realização de projetos que usem a história oral como metodologia principal. Mesmo sendo uma obra específica sobre esta metodologia – e sobre sua história e contribuição nos outros capítulos – muitas das recomendações do autor podem ser usadas para entrevistas em geral, desde o modo como o entrevistador deve se portar, a como armazenar, catalogar e interpretar os dados. Mas é necessário ter o olhar mais atento e sensível a algumas especificidades, sem as quais, não se faz história oral. Uma delas é “conseguir ir além das generalizações estereotipadas ou evasivas e chegar a lembranças detalhadas é uma das habilidades, e das oportunidades, básicas do trabalho de história oral” (Thompson, 2002, p. 261) e para isso é vital saber ouvir e também saber que uma entrevista não é um diálogo. O que interessa é fazer o informante falar e o que ele pensa e não como o pesquisador gostaria que ele pensasse.

Uma entrevista é uma relação social entre pessoas, com suas convenções próprias, cuja violação pode destruí-la. Fundamentalmente, espera-se que o entrevistador demonstre interesse pelo informante, permitindo-lhe falar o que tem a dizer sem interrupções constantes e que, se necessário, proporcione ao mesmo tempo alguma orientação sobre o que discorrer. Por baixo de tudo isso está uma ideia de cooperação, confiança e respeito mútuos (Thompson, 2002, p. 271).

Ao interpretar uma entrevista narrativa estamos construindo a história. As habilidades essenciais para julgar e interpretar as evidências da história oral são muito semelhantes ao trabalho que se faz com documentos. Mas sendo o trabalho feito com dados verbais que aborda histórias de pessoas é fundamental decidir entre abordar a história por meio da biografia ou por meio de uma história social mais ampla. Ora, a vida das pessoas é o caminho por onde se concretiza a experiência histórica e as evidências da história de cada percurso

específico só podem ser compreendidas como parte da vida como um todo e não fragmentos isolados e descontextualizados dela. Aparece, então, um dilema penoso ao historiador oral, pois “para tornar possível a generalização, temos que extrair a evidência sobre cada tema de uma série de entrevistas, remontando-a para enxergá-la de um novo ângulo, como que horizontalmente, ao invés de verticalmente; e, ao fazê-lo, atribuir-lhe novo significado” (Thompson, 2002, p. 302).

Há três modos pelos quais podemos construir uma história oral: a narrativa da história de uma única vida – o que não significa uma biografia individual, mas, a partir de uma narrativa específica, o redesenho da história de toda uma classe ou comunidade e até mesmo o fio condutor de uma série complexa de eventos; uma coletânea de narrativas – pode ser que uma narrativa de vida isolada não dê conta da complexidade de um objeto científico qualquer, além disso a coletânea de narrativas permite que construções de interpretações históricas mais amplas sejam realizadas; e, finalmente, a análise cruzada – a evidência oral é uma fonte de informações a partir da qual se organiza um texto expositivo, ou seja, o pesquisador junta análises e interpretações das evidências com as histórias de vida integrais.

E aqui voltamos mais uma vez à questão da validade dos dados verbais obtidos em entrevistas narrativas. Thompson não se furta à questão e define três medidas básicas a serem tomadas: apreciar a coerência interna de cada entrevista; fazer conferências com outras fontes; e, por último, colocar a evidência dentro de um contexto mais amplo. Ora, ao analisar a questão da coerência interna é preciso considerar que algumas incoerências nas narrativas são absolutamente normais e, por vezes, saudáveis, bem-vindas e portadoras de verdades e dados que não poderiam ser obtidos por outra metodologia além da história oral. O autor dá como exemplo o conflito de valores gerais que se acreditavam verdadeiros no passado e o registro mais vivido deles nas rotinas e práticas do dia-a-dia. Este tipo de contradição não apenas é reveladora, como representa a dinâmica permanente da vida social, representações estas que dificilmente aparecem tão claramente em evidências não orais.

As conferências com outras fontes trazem para nossa atenção o fato de que qualquer evidência, oral ou escrita, sendo única deve ser vista com cautela. É preciso que se busque um apoio para ela. Mas encontrar diferenças entre fontes orais e documentais não significa necessariamente que uma seja mais confiável que outra, pois os dados orais obtidos em uma entrevista narrativa podem revelar verdades escondidas pelos documentos ou as diferenças entre as fontes podem apontar para dois pontos de vista diferentes, não necessariamente antagônicos, mas possivelmente complementares. A preciosidade da evidência oral, insiste Thompson (2002, p. 307) é “exatamente porque não pode provir de nenhuma outra fonte. É inerentemente única. Claro que sua autenticidade pode ser avaliada. Não pode ser confirmada, mas pode ser julgada”. Finalmente, colocar a evidência dentro de um contexto mais amplo significa que conhecendo, por exemplo, época, local e classe social de onde provém os relatos, mesmo que um detalhe menor não possa ser confirmado, um pesquisador pode avaliar se a entrevista “soa como verdadeira”.

Considerações finais

Não há dúvidas de que a história oral é uma metodologia em construção. Cuidados como a validade dos dados verbais, técnicas apropriadas para entrevistas narrativas, conferência de fontes e contextualização dos dados precisam ser tomados para que a metodologia dê conta de responder às problemáticas dos seus objetos. Alertas sobre a instabilidade da

memória, no entanto, causam pouco receio quando conseguimos ver o quão rica pode ser a experiência da narrativa das histórias das pessoas, o quanto os dados obtidos podem ser únicos e irrepetíveis em outras metodologias, e o quanto estas falas constroem os sentidos da comunicação, da cultura e da identidade nas práticas cotidianas.

E o que isso tem a contribuir para o campo da Comunicação? Vertentes de pesquisas, como as ligadas aos estudos culturais (Escosteguy, 2004), valorizam as vozes de sujeitos que nem sempre são visibilizados pelas mídias ou mesmo por processos de comunicação. Esses sujeitos que historicamente foram invisibilizados ou porque simplesmente não importam ou porque incomodam, ou melhor, não interessam para os produtores de informação.

Tratar a entrevista como abordagem inspirada na história oral como método de pesquisa em Comunicação pode ser uma forma interessante de dar voz a esses sujeitos – um lugar para suas memórias – que vem conquistando seu espaço a partir de pressões sociais das coletividades organizadas, tensionando a cada dia e participando das narrativas midiáticas ou mesmo se identificando (Hall, 2013) e/ou se apropriando (Thompson, 2013) das mesmas para criar suas próprias representações das coisas no mundo.

Os estudos sobre a história oral e aqueles que a utilizam como metodologia – e aqui propomos que a Comunicação como campo abrace este método – permitem o aparecimento de um elemento essencial na dinâmica da mudança social que estudos baseados em documentos empíricos deixam escapar, o que Thompson (2002, p. 329) chama de efeito cumulativo da pressão individual pela mudança. Dito de outra maneira: o que as pessoas simples fazem com suas vidas, suas milhões de pequenas decisões cotidianas – casar ou não, mudar-se de endereço, de emprego, de cidade, abrir o próprio negócio, contratar uma babá para o filho, ter ou não filhos, fazer faculdade, terminar a escola, investir em um curso profissionalizante, etc – tem tanta ou até mais importância para as mudanças dos padrões sociais do que as grandes ações e decisões dos políticos e dos estados que, afinal, acabam construindo a narrativa oficial da história. E é a história oral – e sua capacidade de dar voz ao indivíduo, propor uma comunicação mais dialógica e legitimar suas lembranças – que pode incorporar à estrutura de interpretação da sociedade, de sua história e de suas mudanças o “papel cumulativo do indivíduo”.

Precisamos saber como as ideias públicas e as pressões econômicas e coletivas interagem em nível individual [...] para constituir aqueles milhares de decisões que, cumulativamente, não só dão forma a cada história de vida, mas constituem também, o rumo e a dimensão da mudança social mais ampla. Ou, em outras palavras, fica claro que a produção de gente é motor da mudança tanto quanto a produção de coisas (Thompson, 2002, p. 330).

Thompson (2002, p. 334) nos diz ainda que o legado da história oral “é uma consciência mais generalizada de como toda evidência histórica é moldada pela percepção individual e, selecionada por vieses sociais, transmite mensagens de preconceito e poder”. E mais na frente oferece pleno respeito às pessoas e às suas contribuições inestimáveis para a construção da nossa própria história e de nossa memória: “A história oral devolve a história às pessoas em suas próprias palavras. E ao lhes dar um passado, ajuda-as também a caminhar para um futuro construído por elas mesmas”.

As pessoas importam. Suas pequenas histórias, seus fragmentos de história, suas memórias – falhas, perturbadoras, inacreditáveis, inesquecíveis ou embaraçadas, não importa – suas vozes, seus silêncios recontam o passado e podem assim construir um presente e um futuro que não sejam determinados pelo passado “oficial” dos poderes instituídos. A história oral – e as pessoas que a fazem – podem alterar não apenas a textura da história, mas também o conteúdo. É fundamental que seja dito o que antes foi calado, que respire o que foi sufocado pelas tramas do passado e a voz das pessoas pode, assim, deslocar “o centro de atenção, das leis, estatísticas, administradores e governos para as pessoas” (Thompson, 2002, p. 334) e dar novo sentido à comunicação humana. Assim, organiza-se novo equilíbrio: a extremidade receptora, as pessoas comuns, podem agora julgar e ressignificar a política, a economia e as grandes decisões. E aparecem, então, respostas para perguntas nunca antes respondidas.

Estudar a construção de narrativas midiáticas sobre a vida ordinária, isto é, a vida vivida das pessoas comuns, se utilizando da entrevista como método de pesquisa calcado na história oral e na memória, pode ser um passo importante para as práticas científicas no campo da Comunicação, uma vez que traz à tona questões pouco investigadas ou às vezes pouco valorizadas acerca da produção de sentidos no processo de circulação e recepção das informações.

Recebido em: 30 maio 2017

Aceito em: 22 jun. 2017

¹ FGV CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: ago. 2017.

² La notion de “consultant” renvoie ici à un registre spécifique de discours dans les situations d’entretien, et non à un statut particulier de l’interlocuteur. De même, la notion de “compétence” renvoie ici à la simple capacité de cet interlocuteur à avoir quelque chose à dire sur un référent extérieur à sa propre expérience directe, et ne sous-entend aucun jugement de valeur sur son niveau de savoir (Sardan, 2008, p. 55).

³ Em seu livro *Introdução à pesquisa qualitativa* (2009) Flick trabalha criteriosamente cada tipo de entrevista. Por uma questão de recorte metodológico e espacial não é possível nos alongarmos nas diferenças entre os tipos, apesar de reconhecermos sua importância. Focaremos aqui nossa atenção nas entrevistas narrativas porque são as que mais se aproximam da ideia da metodologia da história oral como proposta por Thompson (2002), esta sim, foco de nosso interesse.

Referências

- ALBERTI, Verena. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. Compreender. In: BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.
- COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos**: memória social e cultura eletrônica. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2009.

- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. Representações, mediações e práticas comunicativas. In: PEREIRA; GOMES; FIGUEIREDO. **Comunicação, representação e práticas sociais**. RJ, PUC-Rio, Aparecida, Ideias e Letras, 2004, p. 13-26.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, 1990.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. La sigueur du qualitatif. Les contraintes empiriques de l'interprétation socio-anthropologique. **Antropologie Prospective**, Academia Bruylant, 2008.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-215, out. 1992.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, p.3-15, mar. 1989.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A história oral nos estudos de jornalismo: algumas considerações teórico-metodológicas. **Contracampo**, Niterói, v. 32, n. 2, p. 73-90, abr.-jul. 2015.
- PORTELLI, Alessandro. Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena. (Org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas, 2000. ePub [livro eletrônico].
- POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Vozes: Petrópolis, 2010.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis, 14ª ed., RJ: Vozes, 2013.
- THOMPSON, Paul. A voz do passado: história oral. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.